

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JÓRIA PEREIRA MONTEIRO

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?**

**Manaus - Amazonas
2018**

JÓRIA PEREIRA MONTEIRO

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA
INCLUSIVA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito para o título de Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Andrezza Belota Lopes Machado

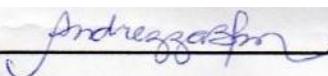
**Manaus – Amazonas
2018**

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?

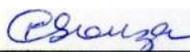
Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia 4ª Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovada em 12 de Dezembro de 2018.

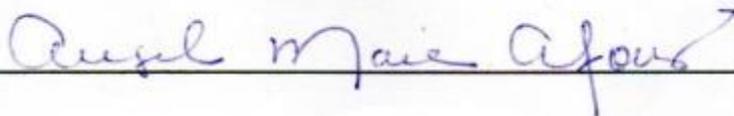
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Ma. Andrezza Belota Lopes Machado.
Orientadora



Profa. Ma. Kelly Christiane Silva de Souza
Avaliador I



Profa. Ma. Ângela Maria Afonso
Avaliador 2

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

M775d Monteiro, Jória Pereira
Os desafios da Educação na Perspectiva Inclusiva: O
que pensam os professores? / Jória Pereira Monteiro.
Manaus : [s.n], 2018.
42 f.: il.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.
Inclui bibliografia
Orientador: Andrezza Belota Lopes Machado

1. Percepção dos professores. 2. Educação Inclusiva. 3.
Formação de professores. I. Andrezza Belota Lopes
Machado (Orient.). II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. Os desafios da Educação na Perspectiva
Inclusiva: O que pensam os professores?

RESUMO

A prática educacional inclusiva parece ser ainda um grande desafio para os professores, percepção construída a partir das observações realizadas nos contextos de estágio e também no local onde atuamos como docente. Dessa forma a pesquisa nasce tendo como questionamentos se todos os professores sentiam dificuldade em realizar a educação inclusiva sala de aula? Se sentem dificuldades e se apontam desafios, quais são? Para conhecer essas percepções nos propomos a desenvolver este estudo, com abordagem qualitativa, dos tipos bibliográfica e de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados o questionário, aplicado tanto com professores de escolas públicas e privadas, na perspectiva de conhecer distintas percepções do fenômeno da educação inclusiva. Assim, a pesquisa não teve uma única escola como *lócus*, contemplando 06 professores que atuam em escolas das zonas sul, leste, centro oeste, norte e zona rural da cidade de Manaus. Como método da pesquisa, os estudos se embasaram na perspectiva socio-histórica. Consideramos este trabalho relevante pela necessidade de conhecermos a percepção dos professores para refletirmos sobre a prática pedagógica num modelo educacional que oportunize o desenvolvimento humano por meio da educação na perspectiva inclusiva. Dessa forma, o estudo nos possibilitou conhecer a história da Educação Especial no Brasil, as percepções que os professores têm a respeito dos desafios e possibilidades da educação na perspectiva inclusiva, bem como a implementação de estratégias metodológicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Da mesma forma, o estudo suscitou uma análise de pós e contras dessa educação inclusiva, na perspectiva dos professores.

Palavras-chave: Percepção dos Professores. Educação Inclusiva. Formação de Professores.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Por me conceder vida, força e coragem para continuar perseverante mesmo nas circunstâncias mais difíceis dessa caminhada, e poder concluir mais uma etapa da minha vida.

Aos familiares,

Meus pais, Joaquim Monteiro e Alessandra Amazonas Pereira, pelo incentivo e colaboração desde o início da minha jornada estudantil. Por terem acreditado em mim e feito todo esforço para eu poder continuar meus estudos. Às minhas irmãs, Natália, Maria Beatriz e Maria Alice, pela paciência e por estarem ao meu lado durante o curso.

Aos colegas e Amigos,

Que de alguma forma contribuíram com as ideias, palavras de ânimo e encorajamento nesse processo do curso.

Aos Mestres

Que fizeram parte de minha formação compartilhando seus conhecimentos, experiências de vida e profissionais com dedicação e carinho. Minha gratidão, em especial, à minha professora orientadora, Prof^ª. Ma. Andrezza Belota Lopes Machado, que com humildade e toda paciência do mundo se dispôs a me ajudar nesta fase de conclusão.

“Não seja intransigente, a natureza é plural!...

O igual é diferente e o diferente é igual [...]

(Moaci Alves Carneiro)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus; Aos meus pais, Joaquim Monteiro e Alessandra Amazonas Pereira, pelo incentivo e colaboração desde o início da minha jornada estudantil, por terem acreditado em mim e feito todo esforço para eu poder continuar meus estudos. A minhas irmãs Natália, Maria Beatriz e Maria Alice pela paciência e por estarem ao meu lado durante o curso. Aos meus amigos e irmãos que me apoiaram nos momentos difíceis dessa caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPITULO I - EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE ISSO SIGNIFICA?	13
1.1 Revendo a história: a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais sempre foi desenvolvida na perspectiva da educação inclusiva?	13
1.2 Histórico da Educação Especial no Brasil.....	15
1.2.2 Trabalho Pedagógico na Perspectiva da Educação Inclusiva X Formação de Professores.....	26
CAPITULO II - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	27
2.1 Apresentação e Análise de dados.	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	40

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resulta a partir de quando surgiu o interesse pela educação especial, que foi algo muito repentino, a partir do que observamos nos estágios e das reflexões resultantes de nossas vivências como docente. Conforme o desbravamento em relação a alguns conteúdos lidos e os posicionamentos com relação a esta temática que a pesquisa foi se construindo.

Dessa forma, nasceu o estudo intitulado: “Os desafios da educação na perspectiva inclusiva: o que pensam os professores?”, se propondo a refletir acerca do que os professores pensam a respeito da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva.

Ressaltamos que as observações realizadas nos estágios e na escola que atuamos como docente permitiram que houvesse uma análise mais criteriosa sobre a temática, na busca por contribuições que fossem essenciais para prática e a formação de professores e os desafios encontrados quanto ao processo da educação inclusiva. Neste sentido, podemos afirmar que as pesquisas foram realizadas respeitando as singularidades de cada professor através de um trabalho planejado e teoricamente sustentado, visando à aprendizagem significativa por meio de uma análise científica.

A pesquisa foi construída com base na abordagem qualitativa, uma vez que tem como principal objetivo investigar a formação dos professores das séries iniciais para atuarem na educação inclusiva, dando ênfase à leitura da qualidade dos dados encontrados. A escolha pela pesquisa qualitativa possibilitou discorrer sobre uma situação real, com dados descritivos, mantendo o contato direto do pesquisador com o objeto de estudo e com os sujeitos nos *locus* da pesquisa, viabilizando retratar, por meio dos dados coletados, as perspectivas dos participantes.

Uma pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1994), apresenta como especificidades: a historicidade, pois localiza-se temporalmente e pode ser transformado; possui consciência histórica, o sentido é dado tanto pelo pesquisador como pela totalidade dos homens na medida em que relacionam com a sociedade, conferindo-lhe significados e intencionalidades em suas ações e construções teóricas, apresentando uma identidade com o sujeito, ao propor investigar as relações humanas; portanto, a pesquisa é essencialmente qualitativa, considerando que a realidade social é mais rica que as teorizações e os estudos empreendidos sobre elas.

Ainda de acordo com Minayo (1995, p. 21-22), a metodologia qualitativa é apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Em situação normal, são empregados na percepção do contexto social e cultural e é um elemento de suma importância para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas, o que vai ao encontro às cinco características fundamentais da pesquisa qualitativa, assinaladas por Bogdan e Biklen (*apud* LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 11-13):

O método baseia-se na perspectiva sócio histórica, pois concordamos com Vygotsky (2005) que é um método que reflete sempre o olhar, a perspectiva que se tem das questões a serem estudadas, olha os problemas humanos na perspectiva de sua relação com a cultura e como produto das interações sociais, motivo pelo qual o autor propõe que os fenômenos humanos sejam estudados em seu processo de transformação e mudança, ou seja, na dialética histórica.

O tipo de pesquisa, quanto aos objetivos, classifica-se como estudo exploratório, escolhido para responder a questões de pesquisa, por examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado com vistas a novas perspectivas e ampliar os estudos já existentes na temática em questão (SAMPIERI *etal.*, 2006).

Em primeiro momento realizamos a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lakatos (2003, p. 183), “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Assim, caracterizou-se pela consulta aos documentos oficiais nacionais, artigos e dissertações, entre outros, permitindo obtermos uma diversidade de autores que tratam do tema abordado. Nesta etapa realizamos também a pesquisa documental, consultando fontes primárias, como o PPP da escola municipal onde a pesquisa foi desenvolvida e a Lei 13.234/2015 (Lei Ordinária) 29/12/2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Partindo de nossas inquietações, a pesquisa teve como objetivo geral: compreender como a percepção dos professores sobre os desafios da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva como pensam os professores. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: (1) Conhecer o percurso histórico de atendimento educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais; (2) Identificar, na literatura, os desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva; (3) Analisar,

com base na percepção dos professores, os desafios e as possibilidades para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com educando com necessidades educacionais especiais na perspectiva da educação inclusiva.

Para conhecer a percepção dos professores, optamos por utilizar como instrumento de coleta de dados um questionário caracterizado por perguntas abertas e por possibilitar explorar mais amplamente uma questão, possibilitando conhecer melhor o fenômeno. Segundo Lakatos e Marconi (2007) “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considera adequada” (p.197).

Esse instrumento foi utilizado com uma amostra de seis educadores, que atuam em diferentes escolas em distintas zonas geográficas da cidade de Manaus, tanto escolas públicas como particulares. A escolha desses sujeitos da pesquisa que atuam em diferentes escolas se deu na perspectiva de conhecer a percepção de professores que participam de vários contextos escolares, objetivando saber em que medida essas percepções se aproximam ou se distanciam em relação ao objeto de estudo.

As informações do levantamento de dados foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2009, p. 44), se configura como um conjunto de técnicas para análise das comunicações dos sujeitos, na perspectiva de obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para tanto, apontamos como etapas desta técnica, segundo Bardin (2009), que as organiza em três partes: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise organiza-se o material a ser analisado, subdividindo em 4 momentos: 1) leitura; 2) escolha dos documentos; 3) formulação dos objetivos; 4) referenciação dos índices e elaboração de indicadores. A exploração do material vem a ser a segunda parte e nela consiste a exposição do material coletado, estando organizado em categorias. E terceira parte é o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ou seja, é o momento em que as informações serão analisadas, é o momento da análise reflexiva e crítica.

Por meio desse método foram extraídos do estudo as seguintes categorias de análise para esse trabalho monográfico: (1) O desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva do História da Educação Especial no Brasil; (2) Trabalho pedagógico X Formação de professores; e, (3) Percepção dos professores sobre os desafios e as possibilidades na perspectiva.

Tecnicamente o trabalho está organizado em dois capítulos temáticos, construídos com base no diálogo entre o referencial teórico e a análise de dados a partir das entrevistas semiestruturadas, ficando assim organizados:

Capítulo I: EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE ISSO SIGNIFICA?, que discorre sobre um breve histórico da Educação da Especial no Brasil, princípios filosóficos e epistemológicos buscando apresentar os caminhos percorridos e seus desdobramentos legais, refletindo a concepção de Educação Especial e a ressignificação do currículo a partir da escola.

Capítulo II: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, que traz a percepção dos professores sobre os desafios que eles passam e as especificidades de suas práticas, em diferentes ambientes e com distintas peculiaridades. Traz ainda a discussão teórica quanto aos processos de identificação dos sujeitos, seguido das alternativas de atendimento educacional, além da apresentação das categorias de análise que emergiram da coleta de dados, por meio das quais aponta-se uma visão mais ampla do papel da educação inclusiva na perspectiva dos desafios que os professores encontram em uma perspectiva curricular e ensino.

Através deste trabalho buscou-se clarificar as seguintes questões norteadoras: No sistema de ensino ou na escola que os professores atuam, há investimento na formação continuada de professores? Considerando a prática pedagógica desenvolvida, os professores percebem dificuldades no contexto educacional para eu aconteça a educação inclusiva? O quantitativo de alunos matriculados na turma interfere no atendimento educacional na perspectiva da Educação Inclusiva? Quais os desafios para a prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva no contexto da escola?

Por fim, ressaltamos que a pesquisa desenvolveu-se com a necessidade de aprofundamento acerca da temática educação inclusiva, pois consideramos relevante tal discussão no que tange a compreensão dos desafios e as contribuições dessas percepções para o desenvolvimento e a melhoria de da atuação e da formação de professores.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE ISSO SIGNIFICA?

1.1 Revendo a história: a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais sempre foi desenvolvida na perspectiva da educação inclusiva?

A educação inclusiva, é uma perspectiva educacional que engloba diretamente a inclusão de todos e, mais especificamente os estudantes com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, implicando numa reorganização da prática da política e das culturas vivenciadas nas escolas, de modo a atenderem a diversidade dos alunos. Contudo, ao longo da história não era assim que estava acontecendo, pois a educação inclusiva só era associada às pessoas com deficiência.

Atualmente, quando falamos em educação inclusiva, tem-se clareza de que não são apenas as pessoas com deficiência que fazem parte, mas todos àqueles que vivem uma condição de exclusão no contexto da escola. Essa nova perspectiva é resultado, principalmente da mudança nos documentos legais e das políticas sociais. Assim, a educação inclusiva engloba, por exemplo, as crianças que vivem em comunidades rurais, as crianças que trabalham, aquelas que pertencem a grupos indígenas e minorias linguísticas, aos que apresentam alguma dificuldade para aprender e a todos os demais que não se enquadram no padrão considerado normal de desenvolvimento.

Dessa maneira global, pode-se compreender que a educação inclusiva é uma abordagem que indaga o modo de transformar os sistemas de ensino, com intuito de responder à diversidade dos alunos, com objetivo de melhorar a qualidade da educação, estimular metodologias de aprendizagem centradas no aluno, criando atividades que são necessárias e materiais que contribuam com a aprendizagem de todos os alunos. para que as escolas se tornem seguras e saudáveis para todas as crianças. Isso na perspectiva de atender a orientação de que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).”

Para Martins (2006), as escolas para desenvolver um modelo de educação inclusiva são desafiadas a se reestruturar, tornando-se mais consciente às necessidades dos alunos. O ensino

inclusivo busca repensar a escola no sentido de promover mudanças em sua organização e na maneira como os profissionais da educação percebem os alunos.

A este respeito, é possível ainda afirmar que esta não é uma tarefa fácil, já que exige o desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola. É possível perceber que ocorre isso pelo fato de que, ainda hoje, surgem desconhecimentos atitudes negativas, preconceitos e estereótipo em relação as pessoas com deficiência, que surgem no ambiente escolar.

Nas últimas décadas fatos que ocorreram, no mundo inteiro, tiveram significativos avanços técnico-científicos e sócio-políticos que provocaram impacto na forma de ver e pensar a educação. Estudos internacionais mostram que os sistemas educacionais, tanto nos países do norte e do sul, têm se destacado, totalmente, pela exclusão de grupos em situação de desvantagem social e econômica. Em 1990, segundo Torres (2001) as estatísticas indicavam a existência de mais de 100 milhões de meninos e meninas sem acesso à escola e mais de 900 milhões de adultos analfabetos no mundo.

Como consequência e em contrapartida a esta realidade, os governos têm investido na implementação de políticas públicas na área da educação, visando combater a exclusão. Dessa forma, a inclusão social e educacional é hoje, um movimento mundial que vem se aprimorando particularmente a partir da década de 90.

No Brasil, a educação passa pela transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo. Com as mudanças na legislação educacional, diferentes tipos de reformas estão ocorrendo, propondo a construção de contextos e práticas educacionais mais inclusivas e menos segregativas. Busca-se contemplar, principalmente, o grupo social constituído pelos sujeitos público alvo da educação especial, sendo atualmente, as pessoas com deficiência, as pessoas com o transtorno do espectro autista e as pessoas com altas habilidades/superdotação, compondo o grupo que denominamos em nosso estudo como de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Pensando na educação inclusiva, podemos pensar de forma problematizada na perspectiva quanto a existência de sistemas paralelos de ensino, um especial e outro regular, organizando os espaços educacionais a partir de outra lógica, ou seja, de uma escola aberta para todos, com práticas colaborativas e formação de redes de apoio, uma escola onde gestores e educadores exerçam uma pedagogia centrada na criança e façam acontecer a participação da comunidade.

Destaca-se como marco no avanço da inclusão educacional, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala em maio de 1999, da qual o Brasil é signatário. A importância dessa legislação consiste no fato de explicitar a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo, no art.1º, nº 2-a, discriminação como: toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (Decreto n. 3956, de 8 de Outubro de 2001).

1.2 Histórico da Educação Especial no Brasil

Tradicionalmente, a existência da discriminação na escola e de toda sociedade definiam à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade.

Com as mudanças a escola surge a contradição inclusão/exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva (BRASIL, 2007).

Segundo Carvalho (2000), ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Contudo é dita que a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p.145).

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas. Contudo no período da década de 70, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, reforçando, assim, a segregação desses alunos em salas especiais. Nesse período cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais.

Em 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são esses sujeitos e, a partir disso, como assegurá-los. De acordo com esse decreto, deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos.

Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais,” [...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais e deformadas”. (BRASIL, 2001). No Brasil o atendimento as pessoas com deficiência teve início na época do império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. O direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que modifica a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um

sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Nessa época não se efetiva uma política pública de acesso universal a educação permanecendo as concepções de políticas especiais para tratar alunos com deficiência.

A política educacional brasileira na década de 80 teve como meta a democratização mediante a expansão de ensino com oportunidade de acesso às minorias de escola pública. A educação de crianças com deficiência em escola comum ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que ensinava a passagem do modelo educacional para a integração de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na comunidade, tendo como vista a igualdade e a justiça social. Por meio desse agir democrático, iniciado na política de descentralizações de ações, são criados os conselhos estaduais, municipais e associações de defesa dos direitos melhorando com diferentes representantes dos setores da: saúde, educação, justiça e ação social, transportes e comunidade tendo sempre em vista a formulação da política integrada de desenvolvimento humano.

Na esfera política e da descentralização de poder, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, incentivam a colaboração entre a União, Estado e Municípios para que seja efetivamente exercitado no país, o debate de ideias e o processo de decisões de acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e quais procedimentos de controle social são desenvolvidos (BRASIL, 2001).

O fato de já ser visível os avanços na esfera conceitual, as representações culturais que as pessoas tinham a respeito de um ser com deficiência, preconceitos e estereótipos acerca das pessoas determinam e expressam nossas atitudes e ações conscientes e inconscientes no contexto familiar, escolar ou comunitário, tornando-o assim as barreiras atitudinais por vezes evidenciadas pelos mecanismos de negação das possibilidades das pessoas, fortemente firmadas no conceito de limitação e incapacidade, manifesto pelo paternalismo e assistencialismo existente em nosso meio. Esse é o grande desafio que a educação inclusiva se propõe a romper.

A Educação Inclusiva tem seus princípios filosóficos baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos conforme o MEC afirma em suas obras, a diversidade se impõe como uma condição para o alcance da universalidade e da indivisibilidade dos Direitos Humanos.

A fundamentação filosófica da educação inclusiva defende que as pessoas precisam ser tratadas da mesma forma, respeitando-se a limitação de cada uma.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, enfatizando a necessidade de garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.7) uniu os povos do mundo todo, no reconhecimento, em seu Art. 1º., que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".

A concepção fundamenta-se no reconhecimento da dignidade e na universalidade e indivisibilidade desses direitos, porque os direitos civis e políticos são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais.

A proposta de uma sociedade inclusiva em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

Os Direitos Humanos sinalizavam a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

Para que a igualdade de oportunidade seja real, ela tem que ser relativa. Parece ser um contrassenso, mas se considerarmos que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes, só é possível garantir a equidade se as oportunidades contemplarem essa diversidade de necessidades. Há que se enfatizar aqui, que tratamento diferenciado não se refere à instituição de privilégios, e sim, a garantia de atender, realmente, a necessidade do desenvolvimento de cada sujeito, disponibilizando assim, as condições reais para a garantia da igualdade.

No Brasil, desde a Carta Magna da Constituição Federal (1988), são asseguradas inúmeras garantias de direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais que, como cidadãos brasileiros, tem com igualdade tanto em relação aos direitos a usufruir do acesso à saúde, educação, cultura, esporte, justiça e defesa pelo Ministério da Justiça, em caso destes direitos serem violados, por meio de leis e decretos específicos. Da mesma forma que as pessoas

com necessidades educacionais especiais têm seus direitos garantidos, a ela também são atribuídos os deveres preconizados na legislação brasileira para todos os seus cidadãos.

Uma escola inclusiva é um espaço de construção e cidadania a família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. O envolvimento da família e da comunidade traz para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, desvelando necessidades e sinalizando rumos. Este processo, reconstrói os agentes e a prática educacionais, aproximando ainda mais a realidade social com a que vivem.

A escola, além de abrir suas portas a todos os alunos precisa respeitá-los, reconhecendo em seu Projeto Político Pedagógico a questão da inclusão, como valor incomensurável, direcionando, eticamente, a abordagem do trabalho desenvolvido, é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

O significado de cidadania em sua convicção abrangência envolve direitos políticos, civis, econômicos, culturais e sociais. A exclusão ou limitação em qualquer um desses pontos fragiliza a cidadania, não promove a justiça social e impõe situações de opressão e violência dificultando ainda mais o serviço da inclusão. Trabalhar a cidadania é saber sobre seus direitos e deveres no exercício da convivência coletiva, realizar a análise crítica da realidade, participar do debate permanente sobre causas coletivas e manifestar-se com autonomia e liberdade respeitando seus pares. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994, pág. 16)

Uma proposta de educação para a paz deve sensibilizar os educandos para novas formas de convivência baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores essenciais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sensíveis para rejeitarem toda a forma de opressão e violência. Nesta perspectiva, não cabe a discriminação e o preconceito em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, seja em razão da sua condição de pessoa com deficiência, ou de pessoa com transtorno do espectro autista ou de pessoa com altas habilidades/superdotação.

No Brasil, as primeiras informações sobre a atenção às pessoas com deficiência surgiram na época do Império. Seguindo o modelo ainda vigente na Europa, de institucionalização, foram criadas as primeiras instituições totais, para a educação de pessoas cegas e de pessoas surdas, o Paradigma da Institucionalização ainda continuou como modelo

de atenção às pessoas com deficiência até meados da década de 50, no século XX, momento de grande importância histórica, no que se refere a movimentos sociais, no mundo ocidental.

Fortemente afetados pelas consequências das Grandes Guerras Mundiais, os países participantes da Organização das Nações Unidas, em Assembleia Geral, em 1948, elaboraram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que desde então tem norteado os movimentos de definição de políticas públicas, na maioria desses países.

Nos anos 60 e 70, grande parte dos países, tendo como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passou a buscar um novo modelo, no trato da deficiência.

A proposição do princípio da normalização contribuiu com a ideia de que as pessoas diferentes podiam ser normalizadas, ou seja, preparadas para viverem em uma sociedade comum. Esse modelo caracterizou-se, gradativamente, pela desinstitucionalização dessas pessoas e pela oferta de serviços de avaliação e de reabilitação globalizada, em instituições não residenciais, embora ainda segregados.

Da segregação total, passou-se a buscar a integração das pessoas com deficiência, após capacitadas, habilitadas ou reabilitadas. A esta concepção-modelo denominou-se Paradigma de Serviços. Da década de 80 em diante o mundo volta a experimentar novas transformações. Avanços na Medicina, o desenvolvimento de novos conhecimentos na área da Educação e principalmente a criação da via eletrônica como meio de comunicação em tempo real, com qualquer parte do mundo, vieram determinar novas transformações sociais. Na década de 90, ainda com o início da defesa dos direitos humanos, pôde-se notar que a diversidade enriquece e humaniza a sociedade, quando reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades.

Portanto estavam postas as bases de um novo modelo, denominado Paradigma de Suportes. Esse paradigma associou a ideia da diversidade como fator de enriquecimento social e o respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilar central de uma nova prática social: a construção de espaços inclusivos em todas as instâncias da vida na sociedade, de forma a garantir o acesso imediato e favorecer a participação de todos nos equipamentos e espaços sociais, independente das suas necessidades educacionais especiais, do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que estas apresentem. O Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais que garantem tais direitos. A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos.

O Brasil, sendo um país membro da ONU e tendo esses documentos, reconhece seus conteúdos e os tem respeitados, na elaboração das políticas públicas internas. Assembleia Geral

da Organização das Nações Unidas formulou vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948).

Surge a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos.(Art. 1)sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação" (Art. 2). Em seu Artigo 7, proclama que "todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei..." No Artigo 26º, proclama, no item 1, que "toda a pessoa tem direito à educação. Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien. Nesta Declaração, os países relembram que "a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro".

Tendo isso ao assinar a Declaração de Jomtien, o Brasil assumiu, perante a comunidade internacional, o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. Para realizar este compromisso, o Brasil tem criado instrumentos norteadores para a ação educacional e documentos legais para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes áreas públicas: municipal, estadual e federal.

Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, teve, como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declararam:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;

As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio

mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos.

A Declaração dirige a todos os governos, mostrando o que deve acontecer: Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário; Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;

Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais;

Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras. Observando essas propostas lançadas a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, analisou a situação mundial da criança e estabeleceu metas a serem alcançadas. Ao concordar e assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam a transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

A partir da Convenção de Guatemala que aconteceu em 1999 a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência os Estados Partes reafirmaram que "as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, também define que não constitui discriminação "a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesmo o direito a igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação".

A sociedade brasileira tem elaborado dispositivos legais que, tanto explicitam sua opção política pela construção de uma sociedade para todos, como orientam as políticas públicas e sua prática social, ajudando a formular a legislação brasileira e seus marcos legais mais a seguir podemos ver quais foram as medidas e realizações tomadas a respeito dessas políticas públicas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Introduziu, no país,

uma nova prática administrativa, representada pela descentralização do poder. A partir da promulgação desta Constituição, cabe ao município, mapear as necessidades de seus cidadãos, planejar e implementar os recursos e serviços que se revelam necessários para atender ao conjunto de suas necessidades, em todas as áreas da atenção pública.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu Art. 3, que "a criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade." Confirma, também, que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária." (Art.4º). No que se refere à educação, o ECA estabelece, em seu Art. 53, que "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho", assegurando:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O Art. 54 diz que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente":

- I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV. atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em seu Art. 55 dispõe que "os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino."

Logo em seguida os municípios brasileiros receberam, a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei no. 9.394, de 20.12.1996, a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de idade, ou seja, da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens que neles residem. Dessa forma passou a ser responsabilidade

do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para a implementar, em sua realidade socio geográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

A política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência (1999) - Decreto nº prevista no Decreto 3298/99 adota os seguintes princípios:

I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;

III. Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos. Que à educação, o Decreto estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, a consideração da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas (Art. 24, I, II, IV).

Sobre o plano Nacional de Educação, que apresenta medidas a respeito da lei nº 10.72/01, de (2001), mostram providências a serem tomadas a respeito das necessidades educacionais especiais, entre elas estão presentes: do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, e em parceria com as áreas de saúde e assistência social, visando à ampliação da oferta de atendimento da educação infantil; dos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais; da formação inicial e continuada dos professores para atendimento às necessidades dos alunos; Quando em 08 de outubro de 2001, o Brasil através do Decreto 3.956, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência trazendo como providências:

Ter como medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista ou de outra natureza, que sejam precisas para terminar com a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integridade a sociedade. Sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, a Resolução CNE/CEB nº

02/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que manifesta o compromisso do país com "o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos". desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência. "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos."

Em consonância com os instrumentos legais acima mencionados, o Brasil elaborou documentos norteadores para a prática educacional, visando especialmente superar a tradição segregatória da atenção ao segmento populacional constituído de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. O documento "Saberes e Práticas da Inclusão na Educação Infantil", publicado em 2003, aponta para a necessidade de apoiar as creches e as escolas de educação infantil, a fim de garantir, a essa população, condições de acessibilidade física e de acessibilidade a recursos materiais e técnicos apropriados para responder a suas necessidades educacionais especiais.

O documento "Saberes e Práticas da Inclusão no Ensino Fundamental" publicado em 2003 reconhece que: Toda pessoa tem direito à educação, independentemente de gênero, etnia, deficiência, idade, classe social ou qualquer outra condição; O acesso à escola extrapola o ato da matrícula, implicando na apropriação do saber, da aprendizagem e na formação do cidadão crítico e participativo;

A população escolar é constituída de grande diversidade e a ação educativa deve atender às maneiras peculiares dos alunos aprenderem. O documento "Educação Profissional - Indicações para a ação: a interface educação profissional e educação especial" visa estimular o desenvolvimento de ações educacionais que permitam alcançar a qualidade na gestão das escolas, removendo barreiras atitudinais, arquitetônicas e educacionais para a aprendizagem, assegurando uma melhor formação inicial e continuada aos professores, com a finalidade de lhes propiciar uma ligação indispensável entre teoria e prática. Logo em seguida vem o documento "Direito à Educação - Subsídios para a Gestão do Sistema Educacional Inclusivo, apresenta um conjunto de textos que tratam da política educacional no âmbito da Educação Especial - subsídios legais que devem embasar a construção de sistemas educacionais inclusivos. O documento era composto por: Orientações gerais e Marcos legais, que inclui algumas legislações como: "Constituição da República Federativa do Brasil /88 Lei 7853/89 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.(Alterada pela Lei 8.028/90)”, e os decretos de regulamentos a várias leis, como as de Portarias-Mec que recomenda a inclusão da disciplina Aspectos Ético, complementando cada vez mais o acesso a para as pessoas com necessidades especiais, as Resoluções que autorizam as atividades que foram descritas por lei a serem realizadas.

Aviso circular nº 277/ 96 – que dirigido aos Reitores das IES solicitando a realização adequada de uma política educacional direcionada aos portadores de necessidades especiais.

1.2.2 Trabalho Pedagógico na Perspectiva da Educação Inclusiva X Formação de Professores

Com a implantação das políticas públicas para inclusão educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais levantou a necessidade de se discutir e promover discussões sobre a educação brasileira e sobre a formação de docentes. As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências respeito à diversidade e às necessidades educacionais dos alunos (adequar o processo de ensino-aprendizagem considerando os saberes dos educando e suas NEE - adaptações curriculares, atividades diversificadas, garantir a equidade na educação o ensino inclusivo toma por base a visão sociológica de deficiência e diferença, admitindo assim que todas as crianças são diferentes, e que as escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para entender as necessidades individuais de todos os educando, ou com necessidade especial. A inclusão não tem como significado tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças, exigindo a utilização de diferentes métodos para se responder as diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais. A grande questão parece ser: como planejar e desenvolver práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, de modo a atender a todos e a cada um, valorizando o trabalho na diversidade, entendida como um recurso e não um obstáculo? O que nos falta para desenvolver práticas pedagógicas com direção inclusiva? Este tema precisa ser objeto de nossas reflexões, ao

começar pela problematização de alguns aspectos que vão desde a arrumação da sala de aula, até o desenvolvimento da aprendizagem cooperativa, com ênfase para a cultura do pensar.

CAPÍTULO II

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O presente capítulo visa apresentar a análise dos dados da pesquisa com o tema: “A percepção dos professores sobre os desafios e as possibilidades da educação na perspectiva inclusiva”. Assim propõe-se a apresentar os resultados alcançados na pesquisa que foi realizada através de questionários com professores de diferentes zonas de Manaus. Os resultados obtidos na coleta de dados da pesquisa foram apresentados a partir das respostas dos professores, seguindo com a análise das respostas e a busca por responder ao objetivo geral desta pesquisa que é: Os desafios da educação na perspectiva inclusiva: O que pensam os professores?

O capítulo apresenta ainda as categorias de análises do estudo: (1) A formação dos professores; e, (2) Os desafios e possibilidades na educação inclusiva, através de como ocorre esse desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva, e as respostas das perguntas abertas do questionário.

2.1 Caracterizando os sujeitos da pesquisa

Todos os professores participantes do estudo atuam em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, realizando atendimento educacional para alunos no ensino regular. As categorias analisadas no presente estudo foram: formação de professores e desafios e possibilidades na perspectiva inclusiva, tiveram como participantes professores ativos em escolas públicas e particulares. Seis professores sendo: 1 da zona oeste, 1 da zona sul, 1 da zona leste e 2 da zona norte e 1 da zona rural, para saber através das respostas se as realidades são realmente diferentes e se os desafios que passam no seu dia a dia são iguais, não importando a localidade ou a quantidade de alunos.

Tabela 1: Apresentação dos Sujeitos da Pesquisa

SUJEITOS	FORMAÇÃO	TEMPO DE FORMAÇÃO		ZONA GEOGRÁFICA DA ESCOLA	TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL
P1	Licenciatura em Pedagogia	22 anos	22 anos	NORTE	22 anos

P2	Licenciatura em Pedagogia, com Especialização em Educação Especial e Inclusão Escolar.	9 anos	9 anos	NORTE	9 anos
P3	Licenciatura em Pedagogia	13 anos	13 anos	LESTE	13 anos
P4	Licenciatura em Pedagogia	06 anos S	4 anos	SUL	8 anos
P5	Licenciatura em Pedagogia, com Especialização em Gestão e Orientação Escolar	6 anos	6 anos	OESTE	6 anos
P6	Licenciatura em Pedagogia, em Psicopedagogia	18 anos	10 anos	RURAL	18 anos

Para a seleção dos sujeitos participantes do estudo, o critério utilizado foi, primeiramente, a condição de que fossem professores que tivessem experiência no atendimento educacional aos estudantes do ensino fundamental, que também possuíssem como local de trabalho escola particular ou pública, para que pudéssemos ter a percepção de um professor que atendesse os alunos com deficiência ou algum tipo de dificuldade e também vivenciasse as limitações ocasionadas por ela, fornecendo informações sobre a perspectiva que cada professor vivencia.

A respeito da formação de professores: algumas reflexões

O processo de inclusão deve ser entendido e compartilhado por todos os profissionais envolvidos com a educação que deverão assumir seu papel nessa construção. Sendo necessário, portanto, investir na formação dos educadores incentivando debates acerca das diferenças e empenhando no desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem a inclusão. Perguntamos se já tinham participado de alguma formação com a temática educação inclusiva, ou algum tema relacionado, e através das respostas foi possível perceber que a maioria dos professores já tinham realizado cursos ou participado de palestras, com o tema educação inclusiva.

A formação continuada do professor é fundamental para que a inclusão aconteça, realmente, transformando o panorama atual da educação especial, eliminando preconceitos e construindo um novo olhar sobre a pessoa com necessidades educacionais especiais. É indispensável para atualização, aprofundamento e aperfeiçoamento do conhecimento pedagógico comum e especializado, podendo acontecer a partir das situações vividas em sala de aula, pois trata-se de um material vivo, que permite um olhar subjetivo do professor frente às dificuldades apresentadas pelos alunos no processo ensino-aprendizagem. É relevante que os conhecimentos sejam construídos a todo o momento, aproveitando as situações vividas e as trocas de saberes que ocorrem nas relações do ambiente. Assim, para saber como a formação de professores era contemplada nos sistemas de ensino em que os professores desenvolvem suas práticas, perguntamos aos professores se havia investimento na sua formação continuada e, caso tivesse, quais seriam as temáticas e se eram dirigidas para a educação inclusiva?

Como resposta foi notório nas várias respostas que a formação continuada existe, conforme podemos ler a seguir:

Sim, Psicologia e ciências da aprendizagem.

(P1) Sim. Educação Especial e Inclusão

escolar. (P2) Não. (P 3)

Sim. Curso de Educação Inclusiva Especial no contexto Brasileiro. (P4)

Sim. Atendimento aos alunos com deficiência auditiva” procedimentos básicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e Hiperatividade na criança e no jovem. (P5)

Sim, já participei. Os temas eram Educação Inclusiva, crianças com Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista, deficiências visuais e auditivas. (P6)

Com o olhar nas respostas pude observar que a maioria já teve oportunidade de realizar alguma formação relacionada a educação inclusiva com tudo só não o P 3, que não complementou sua resposta. A inclusão educacional necessita de professores preparados para agir na diversidade, compreender as diferenças e valorizar as potencialidades de cada estudante, favorecendo, assim, segundo Pimentel (2012), a aprendizagem de todos.

A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo (PIMENTEL, 2012, p. 140)

A lei que rege a educação brasileira, a LDBEN ou Lei nº 9.394/1996, recomenda, em seu artigo 61, que a formação dos profissionais da educação deverá atender às especificidades do exercício de suas atividades e os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 1996). Além de orientar a junção entre teoria e prática, a referida lei ainda apresenta, no artigo 63, a obrigatoriedade das instituições de ensino superior de oferecerem educação continuada aos docentes em diversos níveis. A formação continuada deve ser uma forma de valorização do trabalho docente, obrigando, assim, as instituições em que trabalham a liberá-los e remunerá-los para que se dediquem a essa formação, como previsto no artigo 67 da LDBEN, e a responsabilidade dos municípios em “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”, como assegura o parágrafo 3º, inciso III, do artigo 87 da referida Lei (BRASIL, 1996).

Pretendendo compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, foi perguntado aos entrevistados: “Já teve alguma experiência docente com alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação incluídos no ensino regular? Qual a necessidade educacional especial dele? Como foi a experiência?” Como resposta podemos perceber que é comum em cada sala de aula haver situações onde sempre existe especificidades a serem trabalhadas.

“Sim síndrome de Asperger e várias crianças diagnosticadas com TDAH, minha experiência foi boa pois as famílias eram parceiras e as crianças tinham acompanhamentos por profissionais fora da escola.” (P 1)

“Sim o aluno precisa de um acompanhamento adequado as suas necessidades sendo orientada a realização das atividades de uma maneira tranquila, estimulando-o a importância da autonomia em pequenos aspectos do seu cotidiano. (P 2)

“Sim TDAH, Discalculia, Síndrome de Asperger, Síndrome de Williams, Nanismo, a experiência é difícil, uma vez que nos sentimos incapacitados por não ter qualificação necessária, nos frustrar por contribuir tão pouco” (P 03)

“Sim, deficiência auditiva. A experiência foi árdua e desafiadora, porém sempre disposta a ensinar e desenvolver novas metodologias que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem com o aluno com necessidade intelectual. (P 4)

“Pude ter uma experiência com um aluno autista no qual pude observar que ele precisa de uma atenção maior, mas que tem a mesma capacidade que os demais quando conseguimos fazer um bom trabalho de intervenção.” (P 5)

“Com alunos com Síndrome de Down e espectro autista. As necessidades variavam entre trabalho da coordenação motora, linguagem, autonomia, limites e socialização. A maior dificuldade sempre foi a falta de conhecimento sobre o trabalho com essas crianças de forma a colaborar com o desenvolvimento de suas habilidades. As salas lotadas, falta de interesse do corpo administrativo e de orientação mais próxima.” (P 6).

Com base nas respostas foi possível verificar como é comum ocorrer situações em que sempre tem alunos com especificidades diferentes a P1, P2 e P5 puderam citar que obtiveram uma boa experiência, no entanto as experiências dos professores P3, P 4 e P6 foram experiências difíceis, onde se sentiam desafiados, e outras incapacitados de assumir ou trabalhar com turmas diversificadas e lotadas. A prática do processo inclusivo significa que todos os alunos estejam estudando em escolas regulares, isso, entretanto, não vem ocorrendo de maneira correta como era para acontecer. Em nossa pesquisa, por exemplo, os docentes não deixaram de salientar que, apesar de a proposta da inclusão ser válida, é possível verificar ainda muitas incoerências, dificuldades e barreiras para se realizar um trabalho que realmente possibilite o envolvimento dessas crianças. Uma das professoras de atendimento educacional do ensino regular diz que acha válida, no entanto precisa melhorar e sair da intenção para que ele possa ser incluído na sociedade. A inclusão está deixando muito a desejar. [...]

Os estudos mostram que ainda é inexistente a garantia de um movimento real de inclusão social, o que decorre, sobretudo, pela ausência de políticas públicas eficazes do corpo administrativo. [As salas lotadas, falta de interesse do corpo administrativo e orientação mais próxima.] (Professora 10) (SERRA, 2008). Há dificuldades por parte dos professores e das equipes pedagógicas e administrativas, falta de infraestrutura material e pessoal para orientação e supervisão das práticas pedagógicas. As políticas e as legislações, em seus discursos, apresentam a autonomia como central para a prática pedagógica e da gestão, para que se promova uma educação democrática. Porém, isso nem sempre acontece. precisavam liberar as verbas. Além de recursos humanos, foram lembrados também recursos materiais e questões referentes à infraestrutura do espaço escolar: salas de recursos impróprios, falta de espaço e de mobiliário, falta de acessibilidade e a acústica do ambiente acometida pelos barulhos e ruídos externos, entre outras.

Em relação à questão da acessibilidade, por exemplo, uma das escolas não possuía nem mesmo rampas para acesso de pessoas com cadeira de rodas e dificuldades na locomoção, ou piso tátil, para auxílio na mobilidade da pessoa com deficiência visual. As legislações nacionais em prol da educação inclusiva prevê as adequações arquitetônicas para promoção da acessibilidade das pessoas em prédios que não as garantam. Isso porque, qualquer espaço precisa garantir o acesso com autonomia de todas as pessoas, com e sem limitação em razão da deficiência.

Em um contexto de inclusão, muitos professores e instituições se sentem despreparados e desamparados para atender essa nova realidade. Nos questionários aplicados com os professores, solicitamos que apontassem quais as maiores dificuldades e os pontos negativos no trabalho inclusivo com NEE. Dentre as dificuldades mais citadas estão: infraestrutura, recursos materiais, métodos e técnicas de ensino inadequados; dificuldades de aprendizagem; a não participação da família; a formação de professores

Os professores também foram questionados sobre se acreditavam que os educando com necessidades educacionais especiais desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? Por quê? Nesse sentido responderam:

Depende. Tem seus pós e contras, acredito que com o apoio de uma equipe multidisciplinar eles possam desenvolver suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva. (P 1) Sim. Pois todos somos indivíduos que aprendemos de maneira diferenciada e devemos sempre estar incluído em qualquer ambiente social que vise a inclusão de todos. (P2) Sim. Pois o convívio com os alunos com

necessidades especiais, bem como a interação do educador com psicólogos e psicopedagogos e família é possível fornecer adequando a criança com necessidades. (P 3)

Não, porque no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido nas escolas regular, infelizmente algumas escolas não são apropriadas para adequar as necessidades específicas dos alunos com necessidades especiais. (P 4)

Acredito que sim, pois ele se sente socializado com os demais, aprendendo e tendo experiências vivenciais junto as demais crianças, porém para que isto ocorra o professor (a) deve estar capacitado para conseguir despertar e incentivar este aluno para novas descobertas. (P5)

Sim, acredito. Essas potencialidades precisam ser trabalhadas em um âmbito que se aproxime ao máximo de uma vida em sociedade, onde ele terá sempre que interagir com pessoas e atividades sociais diferentes das vividas somente com seus familiares, também é enriquecedor para a turma. (P 6)

Com base nas respostas, verificamos P1 pondera que esse desenvolvimento seria melhor se o trabalho pedagógico tivesse o apoio de uma equipe multidisciplinar. Entretanto, para os professores P2, P3 e P6 a resposta é sim, pois acreditam que contribui para a interação e socialização quando aprendem com os demais colegas da turma, mas P6 ressalta ainda que é necessário que o professor esteja capacitado para a realização do trabalho que deve promover o incentivo a novas descobertas.

Os participantes da pesquisa também foram questionados sobre quais políticas públicas conheciam para garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e também, quais políticas públicas achariam que seriam necessárias para inclusão? Como respostas obtivemos:

A Constituição federal de 1988, artigo 205, a educação como um direito de todos. Acredito que se faz necessário assegurar um sistema educacional de educação inclusiva em todos os níveis acadêmicos. (P 01)

Interação social/Educação Inclusiva. Escola inclusiva propõe pensar a diferença como uma marca humana, presente em todas as situações sociais nos diversos níveis e modalidades de ensino. (P2)

A Constituição federal de 1988, o PNE Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. A política pública que garante o acesso dessas crianças sem preconceito. (P3)

As políticas públicas são- PNE. A Declaração de Salamanca. Elas tornaram-se um importante marco na luta em defesa da escola inclusiva. (P4)

A constituição Federal de 1988, onde fala como objetivo em promover o bem de todos e que deve haver igualdade de condições de acesso e permanência na escola etc. Há a Declaração de Salamanca, LDB, PNE e outros, porém as vezes quando vamos a prática encontramos dificuldades devido a falta de profissionais capacitados ou apoio da escola ou família. (P 5)

“A partir do PNE, na meta 4, a inclusão ganhou força. As políticas públicas necessárias precisam contemplar a capacitação de professores, funcionários e de todos que lidam com essas crianças dentro das escolas. Também a questão da adequação do espaço escolar para facilitar o acesso a liberdade de ir e vir do educando, além do trabalho conjunto coma família.” (P 6)

Ao longo da história da educação brasileira é possível notar avanços em relação a legislação para a garantia dos direitos à educação inclusiva das pessoas com necessidades educacionais especiais. Verifica-se ainda que várias políticas e projetos foram implementados pelo MEC e por diversos outros órgãos em nível federal, estadual e municipal, e também internacional, no que diz respeito à formação docente para favorecer a inclusão de todos os alunos na escola regular.

Desafios e Possibilidades na perspectiva da Educação Inclusiva

Contudo é notório que o processo formativo não se esgota no momento inicial, sendo a formação continuada percebida como um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar com todos os alunos em classe regular e no ambiente escolar. A inclusão deve ser revista de maneira a extrapolar a dimensão da sala de aula, envolvendo também toda a comunidade escolar, os órgãos públicos, as universidades e a sociedade como um todo. A formação deve considerar, o máximo possível, o ambiente profissional dos docentes, favorecendo situações que mobilizem seus recursos no contexto da ação e, ao mesmo tempo, levá-los a fazer uma análise reflexiva, crítica e contínua de sua prática, na busca de superarem as suas dificuldades.

Para compreender a realidade dos professores no trabalho com os alunos que necessitam de educação inclusiva perguntamos: Quantos alunos matriculados na sua turma? Dentre eles, quantos tem necessidades educacionais especiais?

24 Alunos, dentre eles 2 tem necessidades educacionais.

(P1) 23, dois alunos possuem TDAH (P 2)

30 alunos, 4 com necessidades especiais, TDAH, Discalculia e nanismo.

(P3) 26 alunos, nessa turma que estou não tem alunos especiais. (P 4)

13 alunos em minha sala neste ano de 2018 e nenhum possui necessidades especiais. Este ano não tenho alunos com necessidades especiais. Estou trabalhando com turmas de correção de fluxo este ano, e o limite chega a 20. (P 6)

Isso com certeza é um avanço em relação ao passado, quando um jovem portador de necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa além de não receber nenhum tipo de educação, e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos

com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para mediar as disciplinas cursadas. Continuando com as questões foi questionado: Em sua opinião, quais os desafios e as possibilidades para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública de ensino? E, quais os desafios e possibilidades dessa inclusão na rede privada de ensino?

Obtemos como resposta dos professores:

Na escola pública acredito que há uma série de fatores dentre eles a aceitação e acompanhamento dos pais com uma equipe multidisciplinar. Na escola privada acredito que as possibilidades são boas, no entanto cada escola deveria ter uma equipe multidisciplinar para apoiar o professor.

(P1)

É necessário que sistemas educacionais quebrem paradigmas. É necessário romper preconceitos criados pela sociedade no passado. Ter uma equipe de professores, pedagogos, fonoaudiólogo, psicólogos entre outros para garantir entre outros especialistas para garantir o processo de ensino-aprendizagem e inclusão com qualidade. (P2)

“Na rede pública é a condição financeira, e os desafios, na rede privada muitas das vezes é aceitação por parte da família que a criança é especial”. (P 3)

Os desafios e as possibilidades para a inclusão dos alunos especiais na escola pública, é analisar a política da inclusão, observando sistematicamente o interesse e alunos que apresentem dificuldades. (P 4)

Um dos maiores desafios na inclusão de aluno é a falta de profissionais capacitados ou preparados para atender as crianças com necessidades especiais, as vezes falta estrutura física e pessoal nas escolas públicas. Já na escola particular as vezes também são profissionais despreparados e falta de apoio de alguns pais e da própria escola. (P5)

Com disse anteriormente, as necessidades são de cunho profissional, focando no trabalho feito na faculdades e secretarias de educação. Espero que optem por um trabalho que se volte a corrigir esse déficit na formação dos profissionais da educação. Além de um trabalho social, sensibilizando as pessoas fora do ambiente escolar, através de campanhas. (P6)

Como é possível observar os professores P1, P 3, P5 citam as escolas públicas de uma forma defeituosa, alavancando vários fatores o acompanham. Hoje em dia já se tornou meio comum manterem a realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em salas de aula com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular”

(BENITE, BENITE, PEREIRA, 2011, p. 48).

Perguntamos ainda aos sujeitos da pesquisa: Considerando sua prática como educador (a) existem dificuldades no contexto educacional para que a inclusão aconteça?

Se sim, quais?

Sim a falta de aceitação das demais crianças, e a falta de apoio e acompanhamento de uma equipe multidisciplinar na própria escola. (P1)

Sim. Há uma necessidade de formação que corresponda a dificuldade no processo de ensino e aprendizagem de cada aluno. Atendimento específico de pessoas portadoras de necessidades especiais e física da valorização daquele que é diferente e não inferior. (P2)

Sim. A falta de capacitação na área, a infraestrutura da escola em algumas vezes é insuficiente e o apoio dos pais e gestores da escola, que muitas das vezes só exigem resultado mais não dão parceria no processo. (P 3)

Sim, instalações inadequadas, profissionais sem preparação, falta parceria por parte da família e investimentos de cursos para capacitação do educador. (P4)

Sim a falta de capacitação na área, a infraestrutura da escola em algumas vezes é insuficientes e o apoio dos pais e gestores da escola, que muitas vezes só exigem resultado mas não dão parceria no processo. (P5)

“Em todas as escolas, salas de aula e na sociedade em si, só estamos preparados para o homogêneo, aquilo que segue o padrão. Deparar-se com alguém que foge a essa regra é uma dificuldade para o ser humano. E isso reflete nos professores gerando desconforto, acrescentando obstáculos desnecessários e preconceitos. O processo avaliativo imposto também é entrave” (P 10)

Existem várias dificuldades por parte dos professores e das equipes pedagógicas e administrativas, falta de infraestrutura material e pessoal para orientação e supervisão das práticas pedagógicas. As políticas e as legislações, em seus discursos, apresentam a autonomia como central para a prática pedagógica e da gestão, para que se promova uma educação democrática. No entanto, isso nem sempre acontece. Muitas vezes, as propostas e reformas estabelecidas não atendem à realidade da escola e às demandas apresentadas por seus atores. Onde se fala de inclusão, muitos professores e instituições se sentem despreparados e desamparados para atender essa nova realidade. Nos questionários aplicados, foi solicitado aos informantes que apontassem quais as maiores dificuldades e os pontos negativos no trabalho inclusivo. Entre as dificuldades mais citadas referem-se infraestrutura, recursos materiais, métodos e técnicas de ensino, dificuldades de aprendizagem, a não valorização do professor enquanto educador. Foi apresentado uma questão onde dizia: Se você fosse secretário de Educação no seu estado ou município, quais as mudanças no sistema educacional você realizaria para que a educação inclusiva ocorresse efetivamente e com sucesso?

Foi respondido pelos professores:

Primeiramente investiria nos professores, preparando-os para receber as crianças especiais, colocaria uma equipe multidisciplinar em cada escola para acompanhamento diário com essas crianças, assim como trabalhar também com o

ambiente familiar de cada um. (P1)

A capacitação dos professores, das salas e dos recursos. Ocorrendo preparo para atender todas as deficiências e uma das prováveis razões disso, é a falta de especialização na área de educação especial.” (p 02)

Tornaria obrigatório profissional em escolas com qualificação para um melhor suporte, bem como investiria em professores qualifica-los para que de fato soubesse como lidar com a necessidade do educando. (P3)

Se eu fosse secretário da educação inclusiva, fazia as reformas nas políticas utilizaria todos os recursos em função dos alunos especiais com base nas estruturas das escolas e formação continuada do professor no âmbito educacional especial. (P 04)

Promoveria formação continuada na área de inclusão e investiria em locais de atendimento para crianças com necessidades, inclusive dentro das escolas.(P5)

Programas de formação robustos sobre inclusão, com acompanhamento e apoio semanais de orientadores nas escolas para os professores. Salas de recursos nas escolas com profissionais preparados. Formação para o corpo administrativo, adaptação do espaço físico das instituições de ensino. Apoio ou auxiliares de classe, quando houver necessidade. Trabalho de sensibilização para a comunidade. (P6)

As ideias ditas através dos professores são literalmente iguais, onde todos citam sobre formação dos professores, e se fosse possível realizariam mudanças extremamente importantes para muitos professores, eles realizariam mudanças significativas, aprimorando a Educação e a capacitação dos professores. Onde através das respostas seria possível realmente acontecer mudanças reais para a melhoria da educação. Para finalizar foi realizado duas perguntas: Na sua opinião a formação dos professores para a inclusão é necessária? Por que? Que temas você sugere como mais relevantes?

Sim para preparar melhor o professor. Acredito que temas relacionados as crianças autistas e com Síndrome de Down. (P 1)

Sim, pois a inclusão é um fato devendo o profissional docente se especializar o quanto puder, para que a educação tenha algum resultado esperado por todos. Educação inclusiva, deficiências visuais, auditivas e etc. (P2)

“Sim pois, um profissional treinado, saberá melhor extrair o potencial do aluno” (P 03)

Sim é muito importante, pois dar oportunidades aos professores de conhecerem, e abrangerem seus conhecimentos para atenderem melhor o eu é inclusão e como devem trabalhar nessa perspectiva. (P4)

Sim por ser uma forma de incentivar o professor a investigar e buscar mais conhecimentos na área. Oficinas de libras, braile, como incluir verdadeiramente os alunos com NE, sem deixar de atender as necessidades dos demais alunos. (P5)

Sim é necessário para professores e os demais inclusos no corpo escolar. Pois creio que esse trabalho se não for feito em conjunto continuará incompleto. Temáticas: Educação inclusiva, Educação e políticas públicas, inclusão de alunos com deficiência intelectual, sociedade inclusiva, Estatuto da pessoa com deficiência. (P6)

A educação inclusiva deve conhecer as imparcialidades e, ao mesmo tempo, proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares. A inclusão escolar passa, assim, pela elaboração e implementação de propostas e programas de ensino e

adoção de princípios pedagógicos democráticos em respeito às minorias historicamente excluídas da educação. A deficiência não informa sobre as competências, os interesses ou as expectativas, nem sobre a autoestima ou o grau de autonomia de cada indivíduo. Assim, o desenvolvimento inclusivo e autônomo deveria caracterizar não somente a escola enquanto instituição e seus atores sociais, mas também a sociedade como um todo, num processo de desalienação e luta contra preconceitos e exclusão. Construir uma escola numa perspectiva inclusiva, que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem, é um dos grandes desejos e desafios dos sistemas educacionais nos tempos atuais. Porém, não basta apenas oferecer aos alunos o acesso à escola, é necessário ministrar um ensino que seja de qualidade para todos e que atenda aos reais necessidades dos educandos. Para tanto, um dos fatores imprescindíveis é investir na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, incluindo, nesse contexto, os educandos que apresentam deficiência. É possível notar a diferença de pensamentos dos professores da pesquisa.

E reconhecer que o Brasil, tem um alicerce de sustentação legal que deveria contribuir para que as mudanças educacionais acontecessem num processo crescente de introdução de novos conhecimentos e novas práticas. Contudo algumas questões dificultam a realização da inclusão. O que conseguimos observar é uma política pública de um só discurso muito diferente da prática. Situações de divergências, e conflitos pode levar a uma proposta democrática e justa, a ideia de uma escola que não exclui, que aceita, atende e respeita a todos. Foi notório perceber que o pensamento dos professores se igualam, não tendo diferenças tão distintas mesmo em zonas diferentes ou até mesmo pelas redes de trabalho, as dificuldades são as mesmas e as inquietações também, tornando assim o pensamento dos professores um só, a educação inclusiva é algo que vem a cada dia crescendo, no entanto são muitos pontos ainda serem melhorados, por isso a formação dos professores e administradores é importante para atuarem no ambiente de trabalho, todos tem uma dificuldade específica no entanto os professores estão aí para isso receber e trabalhar as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou compreender e discutir quais são os desafios encontrados pela inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Durante esse processo da pesquisa bibliográfica, foi possível conhecer o processo histórico da educação inclusiva, sua reorganização e ainda abordar a questão da importância da formação docente na busca de uma educação de qualidade. A proposta de estudo e discussão quando se obtém as respostas de cada um possibilita uma reflexão e uma ação por parte de todos.

Para esclarecer as relações entre a política de inclusão e a formação de professores torna-se importante explicitar a compreensão sobre o processo de ensinar e aprender. Diferentes estudos abordam essa articulação, sublinhando que é importante para que a inclusão venha ocorrer, que variadas práticas sejam vivenciadas as quais devem ser refletidas e modificadas. Entre elas está à prática do professor, pois ele é mediador e facilitador do ensino e também das relações sociais. Ele conduz todo o processo de ensino e aprendizagem, organiza, orienta e propõe a cooperação e solidariedade entre os alunos. Nesse sentido, o professor é mediador do processo e não mais é o único detentor do saber a ser transmitido na escola.

O envolvimento com a pesquisa e a produção desse trabalho monográfico nos permitiu compreender os desafios dos professores em sala aula quanto a educação inclusiva. Através das leituras e reflexões acerca das teorias, leis e documentos que abordam as temáticas relacionadas foi possível compreender o que nos levou a identificar as alternativas de atendimento, bem como analisar o trabalho pedagógico desenvolvido na escola regular de ensino inclusiva. O saber lidar com as diferenças, no processo de ensino e aprendizagem, tem sido ressaltado diversas vezes, como critério para a concretização da política de inclusão.

Desenvolver uma ação pedagógica para todos, sabe-se que não é uma atividade fácil e simples, ao contrário é de extrema importância entender que todas as crianças são sujeitos de aprendizagem, cada qual com o seu ritmo e desenvolvimento, pois possuem as suas diferenças. Portanto, é necessário que os profissionais, em sua prática, saibam respeitar e lidar com as limitações que caracterizam a diversidade humana identificando até as suas mesmas limitações quanto a questão de ensino, ao se pensar na inclusão é inevitável não rever as ideias sobre aprendizagem.

A prática da inclusão exige mudanças na formação e na prática docente. É de extrema importância que o educador em sua formação, construa conhecimentos teóricos em relação ao ensino e aprendizagem, que lhe possibilite exercer melhor a sua prática. Dessa forma

poderá fazer com que o processo da aprendizagem seja algo prazeroso. Embora, muitas vezes, no contexto escolar nem sempre seja levado em consideração pelo poder público ou predominante, o ambiente de aprendizagem é aspecto importante a ser considerado para alcançar o processo de ensino aprendizagem de qualidade.

Conclui-se que a produção desta pesquisa oportunizou compreender os desafios e possibilidades sob uma perspectiva de ensino que visa a cada vez mais melhorar, esta perspectiva de educação possibilita considerar que cada sujeito exerce sua função em lugares diferentes, o que remete à compreensão de uma educação inerentemente inclusiva, pois não generaliza o processo educacional e nem estabelece um padrão de desenvolvimento a ser seguido, mas, pelo contrário, parte do nível de desenvolvimento real dos sujeitos para a realização de uma mediação pedagógica condizente com as necessidades individuais.

Contemplar esta perspectiva, no âmbito da educação, ainda é o ideal de poucas escolas brasileiras, contudo, trilhar novos caminhos e assumir o reconhecimento da eficácia e dos benefícios sociais todos querem, porém sempre é preciso ter um esforço a mais para aquilo que mais almeja ser recompensador. O processo da educação inclusiva não é fácil, se apresenta cheia de avanços e recuos, no entanto, acredito que é algo que requer comprometimento e seriedade, mesmo que dependa muitas das vezes não somente do professor mas de toda parte administrativa, do ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF, 1977
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. BRASIL
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a. <https://pedagogiaaopedaletra.com/conceito-de-educacao-especial-e-de-educacao-inclusiva>
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- ONU. Declaração de Viena e programa de ação aprovados pela conferência mundial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas. Viena, Áustria, 25 de junho 1993. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.htm>
- TORRES, Raquel. “Educação especial e inclusão: desafios para garantir o direito de pessoas com deficiência à educação”. Revista Poli. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, jul./ago. 2010, p. 2-3.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EDUCADORES

Dados e Perfil do Participante

Nome:

Formação acadêmica:

Ensino Médio

Ensino Superior

Pós Graduação

Mestrado

Doutorado

Tempo de atuação no magistério: _____

Série/Ano de Atuação: _____

Qual escola(s) e zona(s) geográfica(s) da cidade você atua?

Norte. Bairro? _____

Leste. Bairro? _____

Sul. Bairro? _____

Centro-Sul. Bairro? _____

Oeste. Bairro? _____

Centro-oeste. Bairro? _____

- 1) Você já participou de algum curso de formação com a temática educação inclusiva ou tema relacionado? Se sim, qual?
- 2) No sistema de ensino e/ou na escola que atua há investimento na formação continuada de professores? Quais as temáticas? Alguma direcionada para a educação inclusiva? Já teve alguma experiência docente com alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação incluídos no ensino regular? Qual a necessidade educacional especial dele? Como foi a experiência?
- 3) Você acredita que os educandos com necessidades educacionais especiais desenvolvem melhor suas potencialidades em uma escola regular e inclusiva? Por quê?
- 4) Quais as políticas públicas você conhece para a garantia da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais? E, quais as políticas públicas você acha que são necessárias para que a inclusão?
- 5) Quantos alunos matriculados na sua turma? Dentre eles, quantos tem necessidades educacionais especiais?
- 6) Na sua opinião, quais os desafios e as possibilidades para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública de ensino? E, quais os desafios e possibilidades dessa inclusão na rede privada de ensino?
- 7) Considerando sua prática como educador(a), existem dificuldades no contexto educacional para que a inclusão aconteça? Se sim, quais?
- 8) Se você fosse Secretário de Educação de seu estado ou município, quais as mudanças no sistema educacional você realizaria para que a educação inclusiva ocorresse efetivamente e com sucesso?
- 9) Na sua opinião a formação de professores para a inclusão é necessária? Por que? Que temas você sugere como os mais relevantes?
- 10) O quantitativo de alunos matriculados na turma interfere no atendimento educacional na perspectiva da Educação Inclusiva? Explique.